

# **PROGRAMA TELESSAÚDE BRASIL – NÚCLEO RIO DE JANEIRO: AVANÇANDO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

<sup>1</sup>Andrade, C. S.G. C. de., <sup>2</sup>David, H. M. S. L.

<sup>1</sup>Mestranda da Faculdade de enfermagem - Universidade Estadual do Rio de Janeiro/RJ. Avenida 28 de Setembro, sn, Vila Isabel, Rio de Janeiro/Brasil.Lanagrimaldi@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do Mestrado em Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/RJ. Avenida 28 de Setembro, sn, Vila Isabel, Rio de Janeiro/Brasil. helenadavid@oi.com.br

*Resumo: Introdução: Entender as questões relativas à educação em saúde e educação permanente no trabalho demanda considerar o modelo assistencial que predomina nos serviços de saúde. No Brasil teve início na década de 70, e na segunda metade da década de 80, foi consolidada a transição democrática, através do reordenamento institucional, culminando com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde, em 1990, e com criação do Sistema Único de Saúde (SUS).Objetivos: Analisar as motivações para o processo de educação permanente pelos ACS que atuam no Estado do Rio de Janeiro. Métodos: Estudo quali-quantitativo, de abordagem descritiva, com foco na participação dos ACS do Estado do Rio de Janeiro cadastrados. Resultados: Foram realizados 05 oficinas regionais presenciais, de junho a outubro de 2009, nas quais participaram cerca de 70 ACS. Discussão: As motivações que levam pessoas das comunidades a serem ACS , muitas vezes é a questão do desemprego e da precarização da vida. Ao ingressarem no trabalho nas equipes de Saúde da Família, no entanto, os ACS passam a identificar-se com os princípios do SUS, e evidenciam necessidades em educação permanente para desenvolver competências. Ao serem convidados a participar do Telessaúde Brasil, os ACS do Rio de Janeiro reconhecem este como um momento de qualificação e educação permanente. Espaços coletivos são construídos para a reflexão e a avaliação dos atos produzidos no cotidiano. Este momento passa a ser considerado como um espaço privilegiado de interação, de diálogo, de reflexão e tessitura do conhecimento.*

*Palavras claves: Educação continuada, educação à distância, saúde da família*

*Keywords: Education Continuing, Education Distance, Family Health*

## **Introdução**

Entender as questões relativas à educação em saúde e educação permanente no trabalho demanda considerar o modelo assistencial que predomina nos serviços de saúde. No ano de 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) convocou, em colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, que se realizou em Alma-Ata. A marca maior desta Conferência foi a proposta da Atenção Primária de Saúde como enfoque prioritário para a atenção à população.<sup>1</sup> No Brasil, a mudança nas abordagens e pressupostos do modelo assistencial teve início na década de 70, e na segunda metade da década de 80, quando houve uma grande mobilização social da participação popular na qual foi consolidada a transição democrática, através do reordenamento institucional, culminando com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde, em 1990, e com criação do Sistema Único de Saúde (SUS).<sup>2</sup> A Lei Orgânica da Saúde 8080 de 1990 já determinava no seu artigo 14, que deveriam ser criadas comissões permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior com vistas a propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos trabalhadores do SUS, em todas as esferas, mantendo uma estreita relação entre a pesquisa e a cooperação técnica entre essas instituições. Entende-se que a educação Permanente em Saúde constitui estratégia fundamental às transformações do trabalho para que este lugar de atuação seja de forma crítica, reflexiva,

compromissada e tecnicamente competente.<sup>3</sup> O fato é que, em qualquer sistema de saúde, não se pode conceber o planejamento da política de ação, sem antes considerar as premissas do planejamento educativo em cada uma das duas vertentes acima referidas - educação e promoção em saúde. Se isso ocorrer, a prática subsequente será equivocada e, portanto, ilógica no que diz respeito às necessidades da população-alvo que se pretende alcançar.<sup>4</sup> E o Projeto Telessaúde Brasil, implementado pelo Ministério da Saúde, objetiva desenvolver um processo de educação permanente dos trabalhadores da Atenção Básica na modalidade a distância. O Núcleo Telessaúde Rio de Janeiro vem incorporando os Agentes Comunitários de Saúde-ACS em suas atividades, cadastrando-os e motivando-os a participar das atividades propostas pelo projeto, reconhecendo sua importância como mediadores entre os serviços e a população e seu direito à inclusão digital por meio da educação permanente. O ACS, cujo processo de profissionalização e formação é ainda objeto de discussão e campo de tensões, configura-se como ator social relevante para a mediação educativa entre o setor saúde e a população atendida pelas ações de Atenção Básica. No entanto, no âmbito das atividades dentro das equipes, seu trabalho tende a ser visto como pouco qualificado, o que, no conjunto de problemas relacionados à sua contratação e profissionalização, gera sentimentos de desvalorização e desmotivação para o trabalho. A Educação Permanente pode se constituir em uma dimensão que resgata a importância do trabalho como princípio educativo.

#### Objetivos

Analisar as motivações para o processo de educação permanente pelos ACS que atuam no Estado do Rio de Janeiro, descrevendo e caracterizando os usos potenciais, das ferramentas da educação a distância oferecidas pelo Telessaúde RJ.

#### Métodos

Estudo quali-quantitativo, de abordagem descritiva, com foco na participação dos ACS do Estado do Rio de Janeiro cadastrados e participantes.

#### Resultados

Foram realizadas 05 oficinas regionais presenciais, de junho a outubro de 2009, nas quais participaram cerca de 70 ACS. Desenvolveu-se uma atividade de apresentação e discussão do Projeto Telessaúde Brasil, levando-os a conhecer seu objetivo, e à discussão sobre como podem se inserir nas atividades, efetivar o cadastramento e utilizar as ferramentas disponíveis.

#### Discussão

Sendo o ACS um trabalhador oriundo das classes populares, sofre também as conseqüências das mudanças no mundo de trabalho, em especial o desemprego e a precarização do trabalho. As motivações que levam pessoas das comunidades a serem ACS hoje já não mais se apresentam como relacionadas a mobilização coletiva pela saúde, pois muitos buscam esta opção como alternativa ao desemprego e à precarização. Ao ingressarem no trabalho nas equipes de Saúde da Família, no entanto, os ACS passam a identificar-se com os princípios do SUS, e evidenciam necessidades em educação permanente para desenvolver competências para o trabalho comunitário e em equipe. Ao serem convidados a participar do Telessaúde Brasil, os ACS do Rio de Janeiro vêm evidenciando que há um crescente uso de ferramentas da internet nas comunidades, em especial

entre os mais jovens. Reconhecem este como um espaço potencialmente relevante no contexto de sua qualificação e educação permanente, já que podem ser construídos espaços coletivos para a reflexão e a avaliação de sentido dos atos produzidos no cotidiano. Assim o Telessaúde Brasil, oferece-se como alternativa educacional potencialmente relevante como atividade pedagógica de capacitação e qualificação e também como espaço de troca de experiências e informações, com destaque para os momentos interativos das teleconferências, que têm tido a participação dos ACS. Este momento passa a ser considerado como um espaço privilegiado de interação, de diálogo, de reflexão e tessitura do conhecimento. No entanto, a sua inserção também se configura como um desafio aos educadores e teleconsultores, no sentido de identificar as dificuldades para o acesso e participação, permitindo que a educação permanente seja também uma mediação para a valorização do trabalho do ACS.

#### Referências bibliográficas

1. BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):163-177, 2000.
2. DAVID, H.M.S.L. Et al. Educação, Saúde e Enfermagem. In: *Enfermagem e Campos de Prática em Saúde Coletiva – Realidades, Questões e Soluções*. São Paulo: Atheneu, 2008
3. CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2005, vol.10, n.4, pp. 975-986.
4. CANDEIAS, N.M.F. Forças propulsoras e restritivas na área da educação em saúde. In: *Ação participativa: perspectivas de atuação dos educadores de saúde pública*. Brasília, DF, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984. p.39.